

GEOGRAFIA ESCOLAR: A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE MEIO AMBIENTE E CIDADANIA E A CONTRIBUIÇÃO DESTES PARA A APREENSÃO E ATUAÇÃO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

SCHOOL GEOGRAPHY: THE CONSTRUCTION OF THE CONCEPTS OF ENVIRONMENT AND CITIZENSHIP AND THEIR CONTRIBUTION TO THE UNDERSTANDING AND ACTION IN GEOGRAPHICAL SPACE

Silvaci Gonçalves Santiano Rodrigues
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – UFG
silvacisantiano@hotmail.com

Jackeline Silva Alves
Profª Mestre do Departamento de Geografia/Universidade Estadual de Goiás-UnU / Morrinhos – GO
jackgeo17@hotmail.com

RESUMO

O componente curricular de Geografia tem sido considerado como privilegiado no tratamento do meio ambiente, contudo ocorre certa dificuldade tanto de educadores como de educandos em apreender o espaço geográfico como campo de relações entre ser humano/ser humano e deste com a natureza no processo de transformação da mesma. O meio ambiente e as questões ambientais é um tema discutido a nível mundial. Entretanto, por mais que haja discussões nesse sentido, os problemas ambientais continuam existindo e alguns se tornando mais graves e irreversíveis. Portanto, as atitudes para resolução dos problemas ambientais dependem do exercício da cidadania. A Geografia escolar, que busca formar cidadão crítico, reflexivo e participativo, pode ser uma grande aliada para auxiliar os educandos na apreensão do espaço geográfico e estes a partir disso poderão pensar soluções para os problemas existentes, atuando e mitigando estes problemas no meio em que vivem. Para isso o educador teria que sair das bases tradicionais da educação geográfica, incorporando em seu trabalho a relação teoria/prática, de modo a levar o educando a refletir sobre o meio ambiente e os problemas existentes no mesmo, investindo na prática da construção de conceitos pela Geografia escolar que pensamos ser essencial para que este componente curricular possa cumprir seu papel formador de cidadãos.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Cidadão. Meio Ambiente. Espaço Geográfico

ABSTRACT

The curricular component of Geography has been regarded as privileged in the treatment of the environment, however some difficulty occurs both as educators of learners to grasp the geographical space as a field of relations between human / human and the nature of the transformation process thereof. The environment and environmental questions are topic discussed worldwide. However, much as there are discussions in this sense, environmental problems continue to exist and some becoming

more severe and irreversible. Therefore the attitudes toward solving environmental problems depend on the exercise of citizenship. Geography school, which seeks to form a citizen critical, reflective and participatory, can be a great ally to assist students in grasping the geographical area and from there they can think of solutions to existing problems, acting and mitigating these problems in the environment where they live. For this, the teacher would have to leave the traditional bases of geographical education, incorporating into his work the theory / practice relationship in order to bring the student to reflect on the environment and the problems existing in the same, the practice of investing in the construction of concepts Geography by the school that we think is essential for this curricular component to meet its formative role of citizens.

Key - words: Teaching Geography. Citizen. Environment. Geographic Areas.

INTRODUÇÃO

Se retomarmos a história humana em relação à maneira como o ser humano lida com o meio no qual está inserido, poderemos verificar que o grau de intervenções e alterações provocadas pelo mesmo no espaço geográfico são bem mais expressivos se associados à evolução das técnicas desenvolvidas e empregadas para lidar com a natureza, na busca pela “dominação” da mesma.

O grau de intervenção humana sobre os elementos do meio natural a partir do domínio das técnicas passou a não ser mais a garantia de sobrevivência da espécie humana e sim “viver melhor”. Contudo, a expressão viver melhor não significa garantia de qualidade de vida social e ambiental para sociedade planetária, pois parte considerável da população mundial vive em condições de miséria e pobreza, enquanto pequena parte goza das regalias geradas pelo consumismo.

Considerando o crescimento populacional e aliado ao domínio e aperfeiçoamento das técnicas, as ações humanas no Espaço Geográfico passaram a ser mais significativas, provocando alterações de toda ordem, algumas das quais irreversíveis, dado o grau de deterioração de recursos naturais como água, solos, o ar, a vegetação, etc.

Embora o Meio Ambiente seja um tema relativamente recente (meados do Século XX) nas discussões teóricas e também no cenário social e político, a deterioração dos recursos naturais não pode ser entendido como algo recente, visto que é um processo que vem ocorrendo desde a gênese humana na superfície terrestre, tendo se intensificado nos últimos séculos.

Portanto, nos últimos anos vários segmentos da sociedade demonstram preocupação quanto à urgência em buscar alternativas que minimizem os efeitos gerados pelas alterações ambientais provocadas, e que coloca em risco a manutenção da vida humana em muitos casos.

Acreditamos que através da Educação, a escola enquanto instituição social cumpre papel de fundamental importância na formação do indivíduo e pode auxiliá-lo a desenvolver valores, hábitos e atitudes que podem contribuir de modo a transformar informações soltas em conhecimento através do conjunto dos componentes curriculares que compõe os programas educacionais.

O componente curricular de Geografia é de extrema relevância nesse sentido, pois dada a multiplicidade de temas que aborda nos permite desvelar a complexidade do mundo, propiciando a compreensão e a criticidade sobre as relações que se estabelecem entre seres humanos e natureza, e também entre as sociedades.

Nesse sentido, podemos entender que chegamos ao século XXI, e necessitamos desenvolver melhor nossas capacidades de entender os processos dinamizadores da sociedade ao longo dos tempos, e também a forma como a mesma tem produzido o espaço geográfico, em função do sistema econômico vigente, que cada vez mais impõe uma série de transformações que trazem consequências negativas ao meio ambiente e consequentemente à própria sociedade.

Pensando na necessidade destas discussões, na relevância do tema para a sociedade, produzi este trabalho que é parte dos resultados de minha pesquisa de conclusão de curso em 2010, pela Universidade Estadual de Goiás, intitulada: *A importância da Geografia escolar para a construção dos conceitos de meio ambiente e cidadania nas escolas rurais do município de Iporá/Go.*

O objetivo deste é avaliar a partir dos resultados obtidos na pesquisa, a construção dos conceitos de meio ambiente e cidadania pela geografia escolar e a contribuição destes para apreensão e atuação no espaço geográfico.

Portanto por meio desta avaliação verificaremos se os educandos se sentem como participantes construtores e transformadores do espaço geográfico, ou seja, se vêm como cidadãos aptos a atuar no meio ambiente em especial no meio em que vivem a fim de mitigar ou até mesmo solucionar os problemas socioambientais existentes. Transcreveremos as respostas dos educandos e das educadoras para respaldar melhor o trabalho proposto.

Apresentaremos aqui parte do referencial teórico utilizado na pesquisa, metodologia, o principal objetivo, as escolas investigadas, e parte dos resultados que consideramos necessário para atingir o objetivo deste trabalho.

Portanto os dados e resultados apresentados neste artigo serão referentes às Escolas do Campo, contudo não estarão presentes abordagens aprofundadas referentes à

Educação do campo, somente alguns parágrafos a seguir para contextualizar este.

Ao iniciarmos o trabalho de conclusão no ano de 2009, o foco primordial era a importância do ensino de geografia para a compreensão dos conceitos de meio ambiente e cidadania. Portanto, no decorrer da pesquisa percebemos que as escolas da zona rural são diferenciadas das escolas urbanas, o que levou a desenvolver discussões voltadas em específico para o tema Educação do campo, o que não faremos neste artigo.

Assim, as escolas do campo serão mencionadas, mas a referência primordial foca na relação do ensino de Geografia, na construção dos conceitos de meio ambiente e cidadania pela Geografia escolar, no sentido destes contribuírem para a apreensão do espaço geográfico.

A partir de 2009 quando iniciamos a pesquisa, enquanto construíamos o referencial teórico não considerávamos as especificidades destas escolas (escolas rurais). Até então tínhamos o entendimento de que estas eram como as urbanas, com exceção das estruturas dos prédios, número de alunos, isto sabíamos que não eram. Porém percebemos durante a pesquisa que são diferenciadas, pelo menos teoricamente.

Entre outros aspectos, percebemos que: as classes são multisseriadas, as metodologias aplicadas são diferenciadas, também a estrutura física e a quantidade de alunos como já imaginávamos as diferenciavam das urbanas. A partir desta percepção passamos a ter outra visão de educação na zona rural, que é diferente de Educação rural e Educação do campo.

O que para nós eram apenas termos dentro da Educação rural que possuíam o mesmo sentido são entendidos agora como categorias de análise que podem ser abordadas pela geografia no intuito de explicar o espaço geográfico.

Quando fizemos a pesquisa de campo, pudemos entender que as escolas pesquisadas não eram “escolas rurais”, que em função de suas especificidades são escolas denominadas pelo MEC - Ministério da Educação e Cultura de “Escolas do Campo”.

Para o MEC, “[...] a existência de um acúmulo de experiência e de estudos que apontam para uma certa identidade ao que se pode ser chamada de “Escolas do Campo”. O privilégio à cultura, conteúdos adequados às realidades, professores que tenham um vínculo com o campo, entre outros, são assuntos debatidos nas diretrizes educacionais elaboradas pelo próprio MEC. Na pesquisa de campo percebemos que na prática nem sempre ocorre o que consta nos referenciais teóricos e nem o que dita às políticas educacionais voltadas para a Educação do campo.

Para Kolling, Nery e Molina (1999), as escolas devem ser valorizadas, com políticas de criação de um calendário próprio, de conteúdos que se aproximem do povo do campo. Os mesmos autores acrescentam que a educação no meio rural deveria ser diferenciada da educação do meio urbano; currículo e calendários diferenciados, professores qualificados para o campo, enfim, uma educação para o povo do campo.

A partir disso pensamos que educação geográfica voltada para a construção de conceitos permitiriam aos educandos pensar o seu ambiente, não somente em relação aos problemas encontrados no meio físico, mas no meio social rural, ou seja, apreender o ambiente rural, (que está localizado numa porção do espaço geográfico) na perspectiva de propor melhorias para o campo, para o homem do campo, cumprindo assim, seu papel de cidadão.

Seja na escola rural ou na escola urbana, devem saber que têm direitos de reivindicações, ou seja, de exercer a cidadania plena. Lembrando que isto é um direito dos mesmos, sendo dever também da escola ajudar na construção de conceitos, para consequentemente apreenderem o espaço geográfico e atuar sobre o mesmo.

As escolas pesquisadas foram todas as escolas localizadas na zona rural do município, (Escolas Municipal Boaventura Domingues de Araújo, Escola Municipal Bugre, Escola Municipal Mangelo Pedro Borges, Escola Municipal Professora Vilma Batista Teixeira).

Buscando atingir o objetivo proposto na pesquisa que era compreender a importância da Geografia escolar para a construção dos conceitos de meio ambiente e cidadania, recorreremos ao levantamento, seleção e leitura de fontes teóricas que tratam sobre o tema investigado, a fim de que pudéssemos assim construir as bases teóricas para sustentar nossas constatações empíricas.

A revisão e apreciação das propostas oficiais que orientam os conteúdos que abordam o tema em pauta foram realizadas junto aos PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia e o de Meio Ambiente e Saúde e também a partir do Projeto Base do Programa Escola Ativa este último é um projeto do governo federal junto ao MEC - Ministério da Educação e Cultura, direcionado em específico, para ser desenvolvido em Escolas do campo.

Realizamos por meio de entrevistas, um diagnóstico junto a educadores e educandos das instituições pesquisadas, a partir de questionários abertos com os estudantes e entrevistas gravadas com as educadoras, objetivando compreender as concepções que estes trazem sobre a relevância do ensino de Geografia e também a

importância dada aos conceitos de Meio Ambiente e Cidadania quando abordado por este componente curricular.

Fizemos também entrevista de maneira informal com a coordenadora das escolas investigadas. Esta entrevista não estava entre os objetivos, porém ao nos deparar com as diferenças nestas escolas em relação a conteúdos, metodologias, material didático e fechamento das escolas por falta de educandos resolvemos procurar a secretaria de educação, para conversa com a coordenadora das Escolas do campo do município.

As entrevistas foram realizadas com nove educandos do 2º ano, cinco do 3º, um do 4º e nove do 5º, sendo um total de 24 educandos. O total de educandos estava distribuído entre três escolas, pois como mencionamos acima uma das escolas já estava fechada por falta de educandos.

Entre os educandos entrevistados apenas uma educanda da Escola Vilma Batista Teixeira não foi entrevistada, por não ter comparecido na aula no dia da aplicação dos questionários. Foram feitos questionários fechados para os educandos do 2º e 3º exceto um estudante do 2º ano da Escola Mangelo Pedro Borges, que segundo a professora este teria condições de responder as questões abertas.

A todos os educandos pedimos que por meio de desenhos representassem seus entendimentos sobre meio ambiente, com o objetivo de perceber se as concepções por meio da representação por imagem e representação escrita, sobre meio ambiente se equiparavam.

Foram entrevistadas as três professoras destas escolas. Chamamos estas professoras de “A”, “B”, “C”, para não comprometer a identidade das mesmas. Não fizemos observação constante em sala de aula, mas acompanhamos os alunos, ficando meio período em cada escola.

Investigamos as propostas pedagógicas da escola e sua relação com a reorientação curricular, sendo que a partir delas são formuladas as políticas regionais, pois sabemos que dentro de uma mesma região existem particularidades que devem ser consideradas pela escola ao realizar seu planejamento.

A partir do exposto acima esclarecemos que esta pesquisa foi predominantemente qualitativa e levou a resultados que parte deles serão utilizados neste artigo a fim de atingir o objetivo proposto que é avaliar a construção dos conceitos de meio ambiente e cidadania pela geografia escolar e a contribuição para apreensão e atuação no espaço geográfico.

Desenvolvimento

Sabemos que Geografia escolar é rica em conteúdos e conceitos tais como: lugar, natureza, território, etc., que podem ser trabalhados em todas as fases de ensino e relacionados à realidade dos educandos, possibilitando-lhes melhor apreender o seu espaço de vivência e também condições de atuar sobre ele.

Dentre os conceitos que são usualmente utilizados pela Geografia escolar, e também por outros componentes curriculares consideramos os de Meio Ambiente e Cidadania de extrema relevância para a formação do cidadão crítico, reflexivo, participativo na sociedade em que está inserido.

O conceito de cidadania vem sendo discutido durante a evolução do conhecimento nas áreas das ciências humanas. Quem primeiro discutiu esse conceito de forma mais ampla em sua estrutura evolucionar segundo Bosco (2003), foi T. H. Marshall em 1950. O conceito de cidadania surge na Inglaterra, e evoluiu obedecendo ao seu desenvolvimento histórico,

Numa primeira fase vieram os direitos civis – século XVIII -; no século XIX, os direitos políticos. O exercício dos direitos civis – votar e ser votado – permitiu a criação e posterior ascensão do Partido Trabalhista Inglês. Este foi responsável pela introdução dos direitos sociais, segundo a concepção de Marshall. Em meados do século XIX na Inglaterra, um destes direitos sociais introduziu um programa de “Educação Popular” que objetivou ampliar uma “consciência cidadã” e forçou a expansão dos outros direitos. (BOSCO, 2003, p. 21)

Por vezes este conceito tem sido compreendido de maneira parcial, e outras vezes de maneira equivocada, sendo este relacionado a obrigações e aos direitos. Portanto na evolução deste conceito, surgiu o direito a ter direitos, sendo esta fase denominada por Marshall da constituição da cidadania plena.

O conceito de cidadania da forma como é inculcado nas pessoas leva ao entendimento que cidadão é aquele que cumpre seus deveres políticos e civis para com o Estado. Na verdade esse conceito nem é muito discutido. Mais raro ainda é a discussão em torno de direitos sociais, pois isto, por vezes esbarra em uma ordem imposta e justificada em nome da manutenção da mesma, ou uma democracia velada, e não de direito.

Para Viana (2003) a cidadania surge com a sociedade burguesa e por isso a cidadania atende ao capital, seja ela outorgada ou conquistada. Quem controla a

sociedade é o Estado e por isso é impossível pensar em ampliar ou conquistar a cidadania, o que seria intensificá-la no estado capitalista, não no sentido de atender a sociedade no geral, mas de atender a sociedade burguesa.

A classe capitalista não busca o atendimento de “direitos sociais”, pois ela possui o poder financeiro. As migalhas que o Estado capitalista cede às classes exploradas servem apenas para reproduzir a situação que gera a necessidade de migalhas por parte delas. A busca da cidadania tão propagandeada pelos reformistas é simplesmente isto: o reconhecimento da exploração e a tentativa de minimizar tais efeitos através do Estado capitalista para que se dê continuidade ao processo de exploração. [...] Dessa forma reconhecemos que a luta pela cidadania é um projeto do bloco reformista que serve para a reprodução da sociedade burguesa e que a “cidadania conquistada” significa um amortecimento das lutas de classes, o que pressupõe a continuidade de existência das classes sociais e conseqüentemente, da exploração, da opressão e da miséria. (VIANA, 2003, p. 76)

Nesse sentido podemos entender porque muitos dos direitos sociais não saem do papel. Os direitos dos cidadãos são “camuflados”, sabemos que existem, mas não estão explícitos no dia-a-dia como os deveres. Não interessa mostrar aos indivíduos que eles têm direitos e sim deveres.

Portanto devemos trabalhar a geografia no intuito de proporcionar a construção deste e de outros conceitos que são de fundamental importância aos educandos. Pensamos que a falta de uma educação voltada para cidadania acaba dificultando a compreensão pelo indivíduo de parte de seus direitos, dificultando o exercício de uma cidadania plena, que seria o direito a ter direitos.

Para Bosco (2003, p. 23) “Educação Popular”, “Educação Cidadã, [...] são propostas educativas que trazem como eixo condutor a formação do cidadão e podem [...] contribuir para conquista da cidadania plena [...].” Entendemos assim, que a educação para a cidadania daria suporte ao educando para compreender a sociedade e suas relações com o meio natural que ocorrem no espaço geográfico.

Pensamos que conceito de Meio Ambiente, assim como o de Cidadania é entendido e discutido muitas vezes de forma equivocada por alguns. Um exemplo é a colocação do conceito de Meio Ambiente, apenas como o meio natural, que necessita ser preservado.

Para que ocorra o exercício da cidadania em relação às questões ambientais é

necessário também uma melhor compreensão do referido conceito. Enquanto uns vêm o meio ambiente apenas como meio natural, delimitado como espaço de preservação, outros vêm como um espaço em que vivem os seres vivos e que fornece recursos naturais para sobreviverem. Assim, as discussões são amplas, às vezes com tratamento adequado outras vezes não.

Milaré (2005, p. 98), traz uma discussão mostrando desde a primeira abordagem do termo utilizada pelo naturalista Frances Geoffroy de Saint-Hilaire na obra *Études progressives d'un naturalist* em 1835 até os dias atuais. Nessa discussão o meio ambiente é abordado por ele em várias concepções. Ao fazer essa abordagem percebemos que a definição do conceito depende do tempo, do espaço e da sociedade.

Para o referido autor,

Numa visão estrita, o meio ambiente nada mais é do que a expressão do patrimônio natural e as relações com e entre os seres vivos [...]. Numa concepção ampla, que vai além dos limites estreitos fixados pela Ecologia tradicional, o meio ambiente abrange toda a natureza original (natural) e artificial, assim como os bens culturais correlatos. (MILARÉ, 2005 p. 99)

Para Reigota, (2001, p. 20-21) “as definições podem ser as mais variadas, dependendo das nossas fontes de consulta”. Argumenta ainda que cada pessoa possui uma definição para o meio ambiente, “vai depender dos interesses políticos, científicos, artísticos, filosóficos, religiosos etc.”

Para entendermos a construção dos referidos conceitos pela geografia Cavalcante (2002) nos diz que a fusão entre conceitos científicos e cotidianos, possibilitará a construção de conceitos por parte dos educandos. Por isso pensamos na importância do educador atentar-se para o conceito científico, para, a partir daí fazer essa relação para a possível construção do conhecimento que é essencial para que o educando possa apropriar do mesmo a fim de apreender o espaço geográfico, e assim atuar em prol da transformação de sua realidade.

De acordo com Cavalcante (2002, p. 29) “[...] Os conceitos científicos tem o papel de propiciar a formação de estruturas para a conscientização e ampliação dos conceitos cotidianos”. Todavia, se não há conhecimento do conceito científico, não ocorrerá construção de conceitos.

O educador ao trabalhar os conceitos, deveria observar o próprio conteúdo, se este realmente é relevante para a vida do educando ou não. A forma como os conteúdos

serão trabalhados; deve ser uma forma inovadora e não de forma memorativa como sempre se tratou a Geografia escolar. Ao professor de Geografia cabe criar metodologias criativas, diversificadas, para ensinar os conteúdos propostos para este componente curricular de modo que estimulem o educando a interessar-se pela Geografia, o que pode muito ajudar no processo de construção dos conceitos.

Cabe ainda ao educador criar mecanismos que propiciem ao educando despertar o seu modo de conceber o mundo. Criar situações que instiguem o mesmo ao gosto pela descoberta de novas alternativas para interagir socialmente, e também com o ambiente que os cerca, faz com que se torne mais interessante e prazeroso aprender Geografia.

Acreditamos que tudo isto interfere no processo de ensino/aprendizagem, pois o educando só sentirá prazer em aprender aquilo que de fato seja importante no seu cotidiano, e que seja útil para a sua vida. Nesse sentido, é que entendemos que, embora existam propostas oficiais de ensino, bem como as orientações específicas para cada Estado brasileiro, deveríamos considerar as particularidades locais, fazendo as possíveis adequações.

A forma como historicamente a Geografia escolar tem sido trabalhada por muitos professores reforçam o descaso e desinteresse dos alunos para com a mesma, valorando a memorização de conteúdos e conceitos que não instigam o indivíduo a tecer suas reflexões acerca do espaço geográfico. Entendemos que ver o mundo e as relações sociais que se estabelecem entre ser humano e a natureza, bem como entre os indivíduos organizados socialmente, requer capacidade crítica e reflexiva, para questionar o que está posto.

Assim, podemos dizer que a Geografia escolar nos permite isto; compreender a complexidade do mundo tecendo correlações entre o que acontece em nosso cotidiano, considerando as experiências do indivíduo, suas experiências, e seu espaço vivido. O resultado disso é a construção dos conceitos que conseqüentemente acarretará na apreensão do espaço geográfico.

Ao professor cumpre estimular o educando desde as séries iniciais a perceber estas relações, despertando-o para uma visão diferenciada do mundo, a partir de sua realidade, instigando-os a intervir nos desafios postos à sociedade.

Nesse sentido o educador, deve ser mediador do conhecimento, estimulando, questionamentos por parte do educando, levando este a pensar, incentivando-o a produzir seu próprio conhecimento, construir conceitos e não apenas a reproduzir o conjunto de informações depositadas na escola ou mesmo fora dela tendo em vista que a

escola cabe a educação formal, mas que o contato com a família, com o grupo social a que pertence e também de forma considerável com a mídia o indivíduo vai acumulando outras informações.

A Geografia ensinada nas escolas, bem como outros componentes curriculares pode auxiliar o educando a tornar-se um cidadão crítico, com capacidade de atuar em prol da transformação de sua realidade social e ambiental. Contudo, isto dependerá da forma como este componente curricular for ensinado, pois para fazer a diferença o educando deve sentir prazer em aprender Geografia, uma vez que ela esta presente em nosso cotidiano; pois vivemos no espaço geográfico e é nesse espaço que se estabelecem as relações cotidianas do ser humano.

Assim como as relações estabelecidas no espaço geográfico são dinâmicas, logo o ensino de geografia também deve ser dinâmico. Para que haja construção de conceitos é necessário que o educando entenda qual o sentido das informações que lhe estão sendo apresentadas.

Considerando as diversas problemáticas existentes no mundo e que necessitam de resoluções é fundamental a contextualização dos conteúdos, para que o mesmo possa apreender o espaço geográfico, percebendo a transformação do mesmo pelas sociedades ao longo do tempo. Para isso pensamos que assuntos importantes como meio ambiente e cidadania, que ajudaria nessa apreensão, deveriam ser tratados com seriedade pela escola em todos os componentes curriculares e em especial no de Geografia conforme propõe a educação escolar.

Os PCNs norteiam como abordar estes temas, porém, devemos ressaltar a questão de termos realidades distintas, sendo neste sentido necessário dialogar com estas propostas, construindo-as de forma que se adéquem à realidade dos educandos, das instituições e sociedade de que fazem parte.

O PCN, do Meio Ambiente e Saúde, quando começa a abordagem sobre o tema, trata primeiramente sobre as questões ambientais. Segundo este documento p. 15, a intenção do mesmo “[...] é tratar das questões relativas ao meio ambiente em que vivemos considerando os elementos físicos e biológicos e os modos de interação do homem e da natureza, [...]”

Portanto entendemos que a partir da maneira em que o ser humano se relaciona com o meio em que se insere e as alterações provocadas fazem com que haja discussões sobre o meio ambiente. Segundo o PCN, 2001, p. 29 o trabalho com o tema, tem como principal função, “contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para

decidirem e atuarem na realidade socioambiental, de um modo comprometido com a vida, com o bem estar de cada um e da sociedade local e global.”

Os conceitos de Meio Ambiente e Cidadania são conceitos que deveriam “andar juntos”. Na verdade, entendemos que o conceito de Meio Ambiente, para ser apreendido de forma correta, dependerá do “cidadão” e da concepção que este tem sobre Cidadania, considerando a forma em que este se relaciona com o meio em que vive. Canivez (1991, p.15) diz que “[...] a cidadania, e, sobretudo o acesso à cidadania, depende então da adesão a certa maneira de viver, de pensar ou de crer.”

Assim, inferimos que se o indivíduo é uma pessoa que participa dos debates relacionados ao meio ambiente enquanto espaço de vivência, se é ou não uma pessoa preocupada e comprometida com o meio ambiente; possivelmente suas práticas refletirão no exercício de sua cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Começamos pela estrutura física das escolas que também é fator que influencia no ensino/aprendizagem, segue as gravuras abaixo:



Figura 1: Esc. Municipal Profª. Vilma Batista Teixeira
Fonte: RODRIGUES, Silvaci Gonçalves Santiano



Figura 2: Escola Municipal Mangelo Pedro Borges
Fonte: RODRIGUES, Silvaci Gonçalves Santiano



Figura 3: Escola Municipal do Bugre
Fonte: RODRIGUES, Silvaci Gonçalves Santiano

Figura 4: Esc. Mun. Boaventura Domingues de Araújo
Fonte: RODRIGUES, Silvaci Gonçalves Santiano

Conforme podemos observar nas figuras acima são escolas pequenas. Nestas escolas estão distribuídos um total de 44 estudantes, do ensino fundamental, sendo que algumas tem mais outras menos alunos. A Escola Municipal do Bugre é a única que possui duas salas de aula; atende Educação Infantil e 1º ano do ensino fundamental em uma sala, enquanto a outra sala fica a disposição de educandos do 2º ao 5º, do ensino fundamental.

A Escola Municipal Mangelo Pedro Borges possui apenas uma sala, que é suficiente para atender os quatro educandos da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. A Escola Municipal Profª. Vilma Batista Teixeira possui uma sala que atende educandos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental enquanto a educação infantil nesta escola tem suas aulas ministradas dentro de um galpão emprestado pela comunidade da qual a escola faz parte.

Todas estas escolas funcionam com classes multisseriadas, porém acreditamos que o problema não se dá pelo fato de serem classes multisseriadas, pois, existem poucos alunos no campo e inevitavelmente assim serão. O problema está na falta de profissional qualificado para trabalhar com estas classes.

As escolas contam com ônibus do município que transportam os estudantes, levando-os até a escola e buscando-os. Além das professoras, todas as escolas podem contar ainda com uma pessoa que cuida da limpeza e do lanche escolar.

São escolas – com exceção da Escola Municipal Vilma Batista Teixeira – que tem um bom espaço interno, ou seja, proporcional à quantidade de estudantes. No caso da Escola Municipal Mangelo Pedro Borges, possui um bom espaço interno, porém como podemos observar na figura 2, a pintura ainda é antiga, enquanto nas outras a pintura está em bom estado. Todas possuem banheiros e cozinha.

Possui dentro das próprias salas de aula um espaço chamado cantinho de aprendizagem, que segundo o Caderno de Orientações Pedagógicas (2010) este é um espaço destinado ao estudo interdisciplinar. Neste espaço estão todos os materiais didáticos-pedagógicos que são utilizados no processo de ensino/aprendizagem, entre eles, globo, mapa, bússola, etc.

A escola da comunidade do Bugre passou recentemente por uma reforma, e também recebeu do MEC., seis computadores, que serão instalados dentro da própria

sala de aula (aos fundos). As demais ainda não contam com laboratório de informática, mas todas têm TV, DVD e aparelho de som.

São quatro professoras que atuam nestas escolas, portanto, as pesquisadas são apenas três (A, B e C), pelo fato de uma delas atuar na educação infantil; modalidade esta, não inclusa na pesquisa. Todas as educadoras possuem graduação em pedagogia. Incluímos na pesquisa também a coordenadora destas escolas. Porém não foi realizada por meio de entrevista gravada, como ocorreu com as professoras.

Como vimos a partir das descrições acima, o número de educandos que frequentam estas escolas é relativamente pequeno. Pensamos que isto ocorre em função de muitos pais não serem os proprietários da terra, e que para se manterem economicamente com suas famílias trabalham nas fazendas próximas às comunidades nas quais se localizam estas escolas. Segundo a professora “A” Quando os pais não tem mais trabalho nestes locais, migram para qualquer outro lugar, levando consigo os filhos.

Assim, a escola perde parte de seus alunos, ficando com uma pequena quantidade e até mesmo sendo fechada, como é o caso da Escola Boaventura Domingues de Araújo, localizada na comunidade do Buriti, que fechou no ano de 2009, sendo também o caso da escola Mangelo Pedro Borges, localizada na comunidade Cruzeiroinho, que no ano de 2010 tinha apenas quatro estudantes e fechou no final do semestre.

Lopes (2010, p. 41) argumenta que a “Geografia deve oferecer instrumentos para a compreensão e intervenção na realidade social. [...]” Pensamos que a partir do exercício da cidadania, se educados para tal, os camponeses poderão intervir socialmente reivindicando o direito de permanecer no campo, com condições para que seus filhos estudem e compreendam a dinâmica do campo como espaço de vivência, colaborando assim para pensar a resolução dos problemas socioambientais rurais. Assim, a partir da educação e do ensino de Geografia, os educandos podem ter condições de construir conceitos e usá-los em função da transformação do espaço geográfico, uma vez que este é apreendido.

Para que isso se efetive de fato, educadores e educandos devem estar aptos ao trabalho com o tema Meio Ambiente, de forma que apreendam seu meio como lugar de problemas ambientais (não somente aquele de ordem natural, mas também social, econômico, e cultural, etc.), a fim de intervir para buscar soluções aos mesmos.

Notadamente, isto não procede entre as educadoras entrevistadas. Por meio das

entrevistas entendemos que o tema ainda é tratado de forma tradicional, de forma simplista. Não percebemos uma visão crítica entre as educadoras, de pensar por exemplo, em motivos pelos quais o ser humano altera seu espaço de vivência. Consideramos isso um sério problema, pois,

Essa educação tradicional e hegemônica é assim: eminentemente teórica; é informativa, pois coloca o professor como transmissor de informações e conhecimentos (científicos); é passiva, pelo fato de o aluno ser o receptor desse conhecimento na verdade absoluta (científica), portanto inquestionável. Essa educação hegemônica reforça valores fragmentários e individualistas quando acredita que a soma das partes (indivíduo) é que forma o todo (sociedade), quando não valoriza as relações entre as partes (relações sociais e ambientais), pois realiza a atomização do indivíduo na sociedade. Ou seja, para essa educação, a soma dos indivíduos percebidos isoladamente é que forma a sociedade, sem que eles sejam informados por esta mesma sociedade. A educação tradicional é presa ao conteúdo dos livros, sem contextualizá-lo em uma realidade socioambiental, podendo, portanto ficar restrita à sala de aula. Não estimula, dessa forma, a interação desses indivíduos em um processo de intervenção crítica na realidade socioambiental. É uma educação “bancária”, conservadora, pouco apta a interagir no processo de transformações sociais, conforme denunciava o mestre Paulo Freire. (GUIMARÃES, 2004, p. 85)

As professoras pesquisadas não utilizam textos com bases científicas consistentes, que possibilitem uma boa compreensão e fundamentação teórica sobre os temas Meio Ambiente e Cidadania. Entendemos que é difícil trabalhar de forma transversal sem conhecer a visão de autores diferenciados sobre os temas; e também desconsiderando o modo como outras ciências abordam este mesmo assunto, tratando-o de forma superficial sem o necessário aprofundamento.

Verificamos que estas situações estão presentes nas escolas pesquisadas ao fazer o levantamento do material pedagógico usado pelas professoras. Constatamos que o livro didático ainda é o material mais usado na condução das aulas. Verificamos isto por meio de algumas respostas advindas das educadoras entrevistadas.

Quando perguntamos às educadoras sobre quais são as principais fontes que utilizam para trabalhar as temáticas relacionadas ao meio ambiente, nenhuma obra bibliográfica que trata o tema em específico foi citada, as respostas foram; além dos livros, revistas, internet e vídeos.

A professora “B”, argumenta: “Eu pesquiso na internet, vai pra escola revistas,

tem os livros [didáticos], na secretaria tem a sala pedagógica que eu posso pesquisar também em vários livros.” A professora “C” diz: Além dos materiais da Escola Ativa, [os livros didáticos] nós também temos os extras-curriculares que a gente pode tá utilizando que é pesquisa em outros materiais; pesquisa em internet, que sempre quando há, há uma questão de algum conteúdo que a gente vê que não tá sendo bem assimilado, a gente vai em busca de outros recursos né. Temos também os... as aulas de vídeos da... do meio ambiente, não é só os livros em si que a gente tem em manual a gente tem várias fontes que pode ser trabalhada.”

Percebemos a partir da fala acima que, se o conteúdo não é bem assimilado pelo educando, é que procuram “outros recursos”, outras fontes para complementar o que foi ensinado. Nesse sentido, se o livro não dá conta de cumprir os objetivos, outras fontes são acrescentadas, porém pressupomos também que: se não houver dificuldade de assimilação somente o livro didático (materiais da Escola Ativa) é utilizado.

Na fala da professora “A”, percebemos um equívoco entre fonte informacional e recurso didático pedagógico. Ao perguntarmos quais as fontes mais usadas para se informarem a respeito do tema meio ambiente ela responde: “Uai, a gente usa apostilas que eu faço, pesquisa em vários livros né..., a gente montou uma apostila, usamos também os mapas o globo, que temos dois globos e através de vídeo também a gente usa”.

Talvez a partir das respostas acima, entendamos a idéia ainda reducionista dada pelos educandos quando buscamos saber o que consideram fazer parte do meio ambiente e o que é meio ambiente para eles.

Não podemos descartar as fontes acima citadas, contudo acreditamos que outras fontes também pudessem ser utilizadas. Elas complementam, mas recorrer às bases teóricas que tratam os temas em específico seria necessário para estabelecer uma crítica sobre os mesmos, além de colaborar para que as educadoras não fiquem tão presas aos conteúdos dos livros didáticos do componente curricular.

Ao mesmo tempo em que consideramos necessárias bases científicas mais consistentes, não acreditamos no conhecimento científico como verdade absoluta, nem mesmo inferior ao conhecimento empírico. A partir destes argumentos, o que pretendemos é inferir que teoria e vivência deveriam ser os pilares para uma educação geográfica no sentido de explicar o espaço geográfico, considerando para tanto as relações ser humano/natureza em sua complexidade.

Além das fontes informacionais colocadas pelas educadoras não serem

suficientes para o trabalho com os temas abordados, ainda esbarram no problema da seleção dos conteúdos que a nosso ver é de extrema relevância para que o educando possa apreender sua realidade.

Segundo propostas do M.E.C., de acordo com o PCN de Geografia, a seleção dos conteúdos “[...] devem permitir o pleno desenvolvimento do papel de cada um na construção de uma identidade com o lugar onde vive [...] valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio cultural e ambiental” (BRASIL, 2001, p.123)

No entanto, não é esta a realidade das escolas durante a pesquisa de campo; o que percebemos é não se considera a realidade do educando a partir do momento em que o livro didático tem que ser seguido a risca até esgotar o conteúdo. Segundo a professora “A”, elas podem usar extra guias para complementar o conteúdo, porém jamais deixar de aplicar um conteúdo que porventura a educadora considere desnecessário.

Quando questionamos a Professora “B”, sobre esta proposta ela responde: “O M.E.C. coloca que se o aluno não concluir o livro nós não podemos passar o aluno, ele tem que vê todo o conteúdo. Enquanto ele não ver todo o conteúdo ele não passa pra outra série”. Portanto, Passini (2007, p. 38), afirma que “A escolha do conteúdo para ensinar geografia deve ser feita pensando na responsabilidade de formação do cidadão que precisa entender o mundo”.

No caso destas escolas, o livro é trabalhado por módulo, portanto se não termina o módulo, o educando fica retido até terminá-lo, e no ano seguinte deve continuar o que não conseguiu. Assim o professor precisa acelerar o conteúdo para que o aluno consiga concluir o ano. A educadora “C” argumenta o seguinte: “olha esse livro didático é o seguinte que ele é por módulos, a gente tem que terminar o módulos, por que se o aluno não terminar o livro didático ele fica devedor, por exemplo: se tem oito módulos o livro e ele estudou só seis módulos ano que vem esse aluno que não deu conta, que ele ficou meio atrasado, ele tem que fazer os dois módulos, entendeu? Então a gente tem que cumprir todo o livro, tem que dá todo o conteúdo.”

Nesse sentido o educador passa a se apoiar apenas no livro didático, e por mais que se busque outras fontes informacionais, como as professoras afirmaram fazer, não se efetiva a proposta da construção de conceitos, pois o conhecimento que os educandos trazem a partir de suas realidades não são considerados.

O educador não tem oportunidade de formar esse cidadão que a geografia

propõe, quando o pragmático é a adesão ao livro didático de maneira que este tome o lugar do professor, o que vem ocorrendo de longa data.

Muito embora a linha de abordagem geográfica já não seja a mesma dos tempos do governo militar, boa parte desses livros continua seguindo a trilha didática percorrida nos anos 1970 [...]. O que se torna inquietante é: será que livros como esses não continuam ao final substituindo o professor? Será que eles também, na realidade, praticamente prescindem da intervenção do professor que os adota mecanicamente, aula após aula? Fato é que obras desse tipo, por todas as justificativas levantadas naquela época e agora, dispensam o professor de construir seu *fazer-pensar* pedagógico, pois este vem pronto. (KIMURA, 2008, p. 25)

Não podemos estigmatizar o livro didático, como se fosse um material inútil, sem serventia, ele pode ser um material auxiliar ao educador na elaboração de sua aula, no entanto, é inviável a utilização do mesmo como único material utilizado. Para Sato (2002), nos países em desenvolvimento como o Brasil, a presença do livro didático é constante nas atividades pedagógicas.

[...] Os professores diante das péssimas condições de trabalho, baixos salários e falta de recursos pedagógicos são obrigados a ministrarem muitas aulas adotando os livros didáticos como suporte básico nas atividades educacionais”

Porém, argumenta que se bem utilizados pode ser um poderoso instrumento para disseminar informações. A autora acrescenta ainda que o uso excessivo do livro pode tornar as aulas pobres de metodologia, pois as metodologias do livro didático centra apenas no professor, tornando a educação sem criatividade, o que é essencial no processo de ensino/aprendizagem.

Sendo o livro didático o recurso mais utilizado por estes professores, – das escolas do campo do município de Iporá – inferimos que no caso dos livros didáticos do 2º ao 5º ano utilizado pelo Programa Escola Ativa, são livros de Estudos Sociais, com edição no ano de 1996. Segundo a coordenadora das escolas do campo, os livros novos já estavam disponível no site do MEC, porém só seriam distribuídos para as escolas em 2011.

Mas devemos pensar que a Geografia estuda o espaço geográfico e o espaço de mais de dez anos atrás, já não é o mesmo, além disso, a disciplina de estudos sociais, foi

um dos componentes curriculares instituídos no currículo no período da ditadura militar com fim de eliminar do currículo os componentes curriculares de Geografia e História.

Segundo Pontuschka, (1999, p. 13),

A ação política das associações culturais ligadas à geografia – AGB – e à história – ANPHU –, junto com professores da Universidade de São Paulo e da rede pública dessas disciplinas, muito contribuiu para reverter a situação e as disciplinas escolares de geografia e história retornaram para o currículo de 5ª a 6ª séries.

Logo, percebemos o distanciamento entre o que se propõe e o que se pratica. No caso do uso do livro didático de Geografia do ano 1996, torna uma obrigação por parte do educador de recorrer a dados geográficos atualizados. Pensando nestas práticas, e contextualizando a pesquisa, fica fácil entender por que os educandos e até mesmo as educadoras têm tanta dificuldade na definição dos conceitos e de entendê-los como parte do seu cotidiano.

Para os educandos do 4º e 5º anos, quando perguntamos o que é meio ambiente, em apenas dois questionários encontramos respostas mais elaboradas, onde o ser humano aparece também como elemento do meio. Para ilustrar o exposto transcrevemos as duas respostas elaboradas por dois educandos.

Um dos educandos diz: “eu entendo que meio ambiente é onde mora os animais é nós humanos é todas as coisas que fazem parte da natureza;” para o outro educando, “as árvores, os animais, as frutas, as florestas, as cidades, as pessoas, tudo que existe no mundo.” (informações transcritas)

Nos demais questionários realizados com os outros educandos, as respostas são as seguintes: “a natureza, os rios, os peixes, os animais”; “aquilo que faz parte do animais das plantas, e as arvores, e ajuda nós”; “[...] árvores, as pedras, os rios”; “é tudo que faz parte ou está na natureza” ; “é um lugar que os bichos vivem que tem árvores, plantas, rios e o meio ambiente é tudo que pertence a natureza.”

Quando observamos que a idéia de lugar está posta, podemos compreender que há no entendimento do educando uma separação entre seu meio e o meio ambiente. Para compreendermos se veem o ambiente modificado – casas, ruas, praças etc. – como sendo meio ambiente e se percebem o ser humano como transformador do mesmo, perguntamos a eles o que consideram fazer parte do meio ambiente.

Eles respondem com as mesmas palavras que usaram para conceituar Meio

Ambiente. Seguem as respostas: “o homem, os animais, as plantas, os rios, o que tem na natureza.”, “os rios, os animais as pessoas e a natureza”, “as pedras, as matas, os animais, os bois, e as vacas, os pássaros, os homens”, “árvores, mares, rios, animais, pessoas, cidades, florestas, enfim, tudo que existe faz parte do mundo”, “os animais, as plantas, árvores, as frutas, flores, a gente também faz parti da natureza.” (informações transcritas)

A partir destas respostas acrescentamos que o meio ambiente é formado pelos elementos pertencentes ao reino mineral, vegetal, animal que compõem um determinado espaço;

[...] Estes elementos são todos inter-relacionados; destes elementos destaca-se o homem (pertencente ao reino animal) pela capacidade que tem de interferir em todos estes elementos, alterando-os, consciente e/ou inconscientemente através das dimensões econômicas e políticas, das organizações sociais que constroem. (PENTEADO, 2001, p. 73)

Enquanto elemento e transformador do meio ambiente o ser humano prejudica seu espaço de vivência em defluência dessa transformação, que deve ser compreendida dialeticamente, de modo a entender que ao beneficiar a si e até mesmo outros elementos do meio pode acarretar o desequilíbrio socioambiental e conseqüentemente degradá-lo.

Porém, quando questionados sobre o entendimento deles sobre o conceito de Cidadania, a concepção de alguns está relacionada apenas aos direitos e deveres, outros não conseguem defini-lo. Eis as respostas dos educandos: “ter livre escolha sobre seu destino”; “são as pessoas que respeitam as ordens”; “ eu entendo por cidadania porque si agente ajudar as pessoas isso é cidadania, e também a gente ter carteira de identidade”; “E a pessoa ter liberdade de escolher seu destino”; “É ser livre para faz o que quer de sua vida”; Se a gente estar ajudando uma pessoa e sendo boa pessoa não poluindo o meio ambiente você estará sendo um cidadão”; “são os cidadão”; “E a liberdade par votar em quem quiser o direito de ser livre para decidir o que quer ser na vida”. Dois dos educandos nada responderam.

As educadoras também não possuem concepções por nós consideradas coerentes com os teóricos que estudamos, pois suas respostas são semelhantes às dos educandos. Quando perguntamos o que é meio ambiente? A professora “A” diz: “ah... eu acho assim, que meio ambiente é... tudo que nos rodeia faz parte do meio ambiente, por exemplo: os animais, as plantas, as pessoas, eu acho que tudo que nos rodeia”. A

resposta da professora “B” diz o seguinte: “meio ambiente pra mim é tudo que está a nossa volta.” Já para a professora “C”, “Meio ambiente é o local onde a gente vive; é a natureza todo o ambiente natural né... o habitat natural”.

Quando questionamos as professoras sobre o que entendem por cidadania as respostas se pautaram no senso comum. A exemplo da professora “A”: “Cidadania eu acho assim que é a liberdade que a pessoa tem por... como assim... como que eu vou te explicar de... [silêncio] de escolher por exemplo seu, seu... pode sê político ou pode ser para ajudá na sociedade, acho que a cidadania é isso.” A professora “B” responde o seguinte: “cidadania pra mim é preparar o aluno pra viver, pra exercer, ser um cidadão e exercer sua cidadania.” A professora “C” responde: “cidadania é se colocar os alunos e nos também, em relação, em intercâmbio com toda a sociedade, né. É você saber respeitar os nossos direitos, é saber colocar na preservação também no meio ambiente é uma cidadania né, essa preservação do meio ambiente.”

CONCLUSÃO

Ao concluirmos a pesquisa, observamos quão grande o grau de dificuldade dos educandos em compreender conceitos que fazem parte de seu dia-a-dia. Assim construção dos conceitos de cidadania e meio ambiente, nesse sentido se torna praticamente impossível, pois, as educadoras não possuem bases científicas para o tratamento dos temas.

Se a construção de conceitos é feita a partir da fusão dos conceitos científicos e cotidianos como já mencionados por Cavalcante 2002, entendemos que não ocorre a construção dos conceitos de meio ambiente e cidadania. Portanto não contribuem para a apreensão do espaço de vivência, nem para o espaço geográfico como um todo, no sentido de perceber as relações do ser humano com a natureza e suas inter-relações.

O ensino de Geografia é feito quase que de forma mecânica, assim a Geografia escolar pouco tem contribuído para a construção destes conceitos nas escolas pesquisadas. Pensamos que o conhecimento referente aos conceitos de Meio Ambiente e Cidadania não podem ser construídos a partir de noções em nível de senso comum, e/ou a partir de bases científicas deficientes como o que vimos durante o estudo.

Notamos que a educação para a cidadania, que o sistema propõe fica quase que apenas nas teorias. Detectamos que os efeitos obtidos a partir das práticas pedagógicas ainda são bem tímidos. Entre os educandos pesquisados não encontramos nenhum que

tenha conhecimento razoavelmente elaborado sobre os temas tratados.

No entanto percebemos que se o ensino de Geografia fosse elaborado e abordado mais responsabilmente por todos os componentes do sistema educacional, poderíamos solucionar e ou mitigar alguns problemas a curto e médio prazo, e em longo prazo ter cidadãos de fato comprometidos com as questões ambientais. Que a partir da apreensão do espaço, pudessem atuar sobre o mesmo, buscando melhorias para si e para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Caderno do Educador: Geografia**. 1 ed. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações pedagógicas para formação de educadoras e educadores**. ed. 1, Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **História e geografia**. Brasília, 1997.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **História e geografia**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Meio ambiente e saúde**. Brasília, 2001.

_____. Ministério da educação e Cultura. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade. **Escola ativa, Projeto Base**. Brasília, 2010.

BOSCO, Valéria. **A Construção de uma Cultura Cidadã: análise da proposta de educação cidadã da igreja católica no Brasil**. Campinas, 2003. Disponível em: <cutter.unicamp.br>. Acesso em 15-08-2009.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão?** Tradução de Estela dos Santos Abreu, Claudio Santoro. Campinas: Papyrus, 1991.

CAVALCANTE, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção do conhecimento**. Campinas: Papyrus, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **A formação de educadores ambientais**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto 2008.

KOLLING, Edigar Jorge; NERY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (org. `s). **Por uma educação do campo**. Brasília: Universidade de Brasília, 1999.

LOPES, Marcos Piter. **A Relevância do cotidiano do aluno na construção do saber**, in: SOUZA, Francilane Eulália de (org.). Goiânia: Vieira, 2010.

PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (orgs.). **Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado**. São Paulo: Contexto, 2007.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Meio ambiente e formação de professores**. 4. ed – São Paulo: Cortez, 2001.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Tensão entre Estado e Escola**, in: CARLOS, Ana Fani Alessandre; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs). São Paulo: Contexto, 1999.

SAITO, Carlos Hiroo. **Política nacional de educação ambiental e construção da cidadania: desafios contemporâneos**, in: RUSCHEINSKY, Aluísio (org.) São Paulo: Artmed, 2002.

SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

SOUZA, Francilane Eulália de (org.). **Geografia e educação do campo: para que e para quem serve a educação no campo do Estado de Goiás?** – Goiânia: Vieira, 2010

Recebido para publicação em 07/06/2012

Aceito para publicação em 11/08/2012